

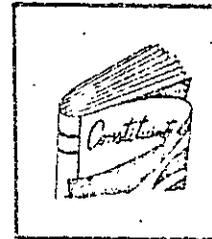
# Reforma

Política

11/11/87, QUARTA-FEIRA • 5

## agrária será definida em lei ordinária

Para evitar a radicalização na votação da reforma agrária, os parlamentares integrantes da Comissão de Sistematização fizeram acordo, pelo qual fica mantido o processo sumário para imissão de posse, porém, em uma legislação complementar, que será regulamentada após a promulgação da nova Constituição. O resultado não agradou a conservadores nem a progressistas, mas representa o acordo possível.



O envio da imissão da posse para decisão e competência de lei ordinária, para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, "foi uma tentativa de postergar uma decisão que neste momento poderia trazer um retrocesso". O receio da Contag seria pela supressão do artigo 212, que prevê o direito sumário da imissão, e a aprovação da emenda Richa, que, entre alguns pontos permite que a Justiça anule um processo de desapropriação ou cancele a imissão de posse. "Evitamos um mal maior. Agora, é lutar no plenário", frisou.

Irritado, segundo ele, pela tração do "Grupo dos 32", o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, não aprovou o acordo. "Eles

acabaram de ressuscitar o entulho autoritário e arbitrário do decreto-lei", afirmou. Mas o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos articuladores do "Centrão", tentava acalmar Caiado: "Se preciso for, nós até pressionaríamos o Presidente da República para revogar este dispositivo". Mas o líder da UDR garantiu que o troco virá, "descartando a possibilidade de conjuntamente com a Frente Nacional pela Livre Inicial, promover inúmeros protestos e passeatas para "reaver a honra e a dignidade da classe produtora e dos empresários", comentou.

### Protelação

Para o líder do PT, deputado Luis Inácio "Lula" da Silva, o acordo foi uma protelação da reforma agrária. "Quem votou pelo acordo, é aquele que pretende ver a reforma agrária bem longe do Brasil e de suas terras, principalmente". Para Lula, a culpa é do PMDB, "que prefere pingar do que secar, prefere dar anís do que perder os dentes". Para Cardoso Alves o acordo já era esperado, pois a matéria não é do âmbito de lei constitucional, e indagou: "Quem irá cumprir a função social do bolso", respondeu, criticando a falta de crédito subsidiado, de tecnologia, de assistência técnica. "Estes bagunceiros se esquecem não querem reforma nem para o agricultor. Querem é debilitar o direito de propriedade", protestou.